

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO¹

Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa²

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o papel da mulher na economia e na sociedade como um todo tem passado por rápidas e significativas transformações. Apesar dos avanços significativos em termos de inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, ainda parece haver um baixo aproveitamento da capacidade laboral das mulheres na medida em que as taxas femininas são menores do que as observadas em alguns países, e ficam bem abaixo das taxas reportadas para os homens no Brasil.

O objetivo desta nota é o de descrever e quantificar a evolução da taxa de participação feminina no Brasil nos últimos anos e identificar os fatores que atuam na inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro ao longo do tempo. A análise empírica desenvolvida tem como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1992 a 2012, centrada nos anos de 1992, 1997, 2002, 2007 e 2012. Métodos econométricos simples serão utilizados para aprofundar a análise dos determinantes da taxa de participação feminina no Brasil.

Além desta introdução, esta nota está organizada da seguinte forma: a próxima seção descreve a evolução da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro no período 1992-2012 segundo dimensões associadas à idade, à educação, à situação geográfica do domicílio e à renda; a terceira descreve a metodologia econométrica utilizada; a quarta seção apresenta os principais resultados; e, por fim, a quinta seção é dedicada a algumas conclusões. O anexo apresenta gráficos adicionais que auxiliam na análise feita ao longo desta nota.

2 TAXA DE PARTICIPAÇÃO FEMININA NO BRASIL NO PASSADO RECENTE

A taxa de atividade feminina no Brasil teve um aumento significativo nas últimas décadas. O gráfico 1 revela que a taxa de participação das mulheres, entre 15 e 59 anos de idade, aumentou de 52,5% (em 1992), para 61% (em 2012).³ A taxa de participação masculina,

1. A autora agradece a preciosa colaboração de Nadine Melloni Neumann no processamento e análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

2. Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

3. Em termos de posição na ocupação, por um lado, as mulheres são maioria no funcionalismo público e, por outro, tem ampla representatividade no setor informal da economia. Em 2012, por exemplo, 49% dos trabalhadores sem carteira de trabalho eram mulheres (tabela A.1). Quanto à composição por ocupação, 44% das mulheres eram trabalhadoras com carteira em 2012, 25% não tinham carteira assinada, 17% eram trabalhadoras por conta própria e 11% eram funcionárias públicas (gráfico A.1).

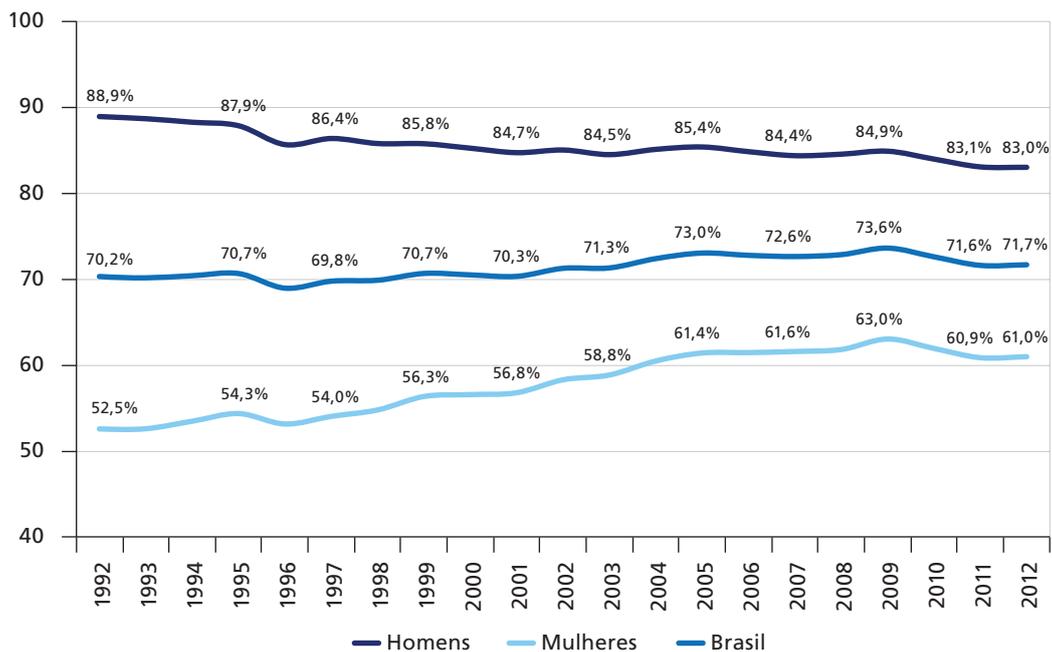
ainda que bem mais alta do que a das mulheres, sofreu uma redução ao longo de todo o período. Enquanto que em 1992, a taxa de participação dos homens, entre 15 e 59 anos, foi de 89%, essa mesma taxa alcançou 83% em 2012. Considerando as diferenças por sexo, portanto, a taxa de participação agregada teve uma relativa estabilidade no período, alcançando a média de 71,3%.

Essa diferença significativa entre as taxas de participação por sexo (queda da taxa de participação dos homens e elevação da taxa feminina), não é um fenômeno que ocorre só no Brasil. Na maior parte dos países no mundo, as diferenças entre as taxas de participação masculina e feminina tem se reduzido. (OECD, 2013).

GRÁFICO 1

Brasil: taxa de participação agregada e por sexo (1992-2012)

(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

A tabela 1 mostra a taxa de participação das mulheres entre 1992 e 2012, por faixas etárias, para o país como um todo. A análise por faixa etária permite que a análise do comportamento da taxa de participação seja feita por duas dimensões: entre coortes (gerações) e dentro de uma coorte. Uma coorte pode ser definida como sendo composta por indivíduos que nasceram em uma mesma época. A análise entre coortes é feita para cada grupo de idade separadamente. A evolução entre coortes no período 1992-2007 mostra que, com exceção do grupo mais jovem (idade entre 15 e 17 anos), as coortes têm tido maior participação que as precedentes. Entre 2007 e 2012, os grupos de 35 a 39, 50 a 54 e 55 a 59 anos de idade foram os únicos que apresentaram elevação na taxa de participação. Tais movimentos refletem a tendência de queda da taxa de participação agregada ocorrida nos últimos anos (tabela 1).

Nas diagonais descendentes da tabela 1, a evolução da participação feminina dentro de cada coorte mostra que, para todas as coortes, há uma elevação da taxa de participação entre 1992 e 2007 e uma redução dessa taxa entre 2007 e 2012.

TABELA 1

Brasil: taxa de participação feminina por faixa etária (1992, 1997, 2002, 2007 e 2012)
(Em %)

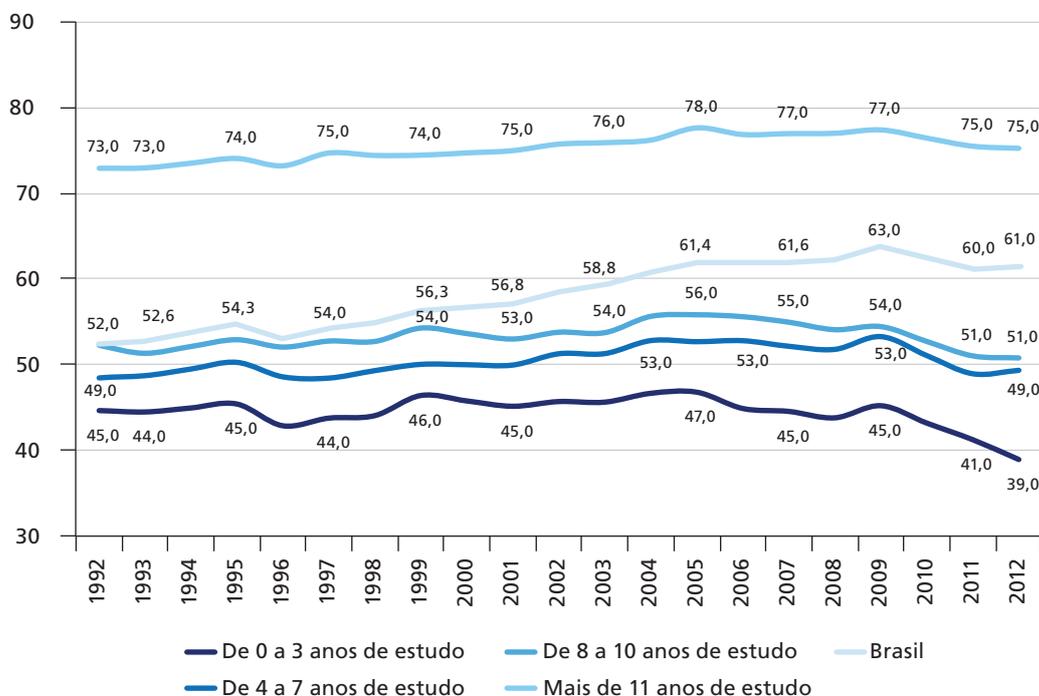
Idade	1992	1997	2002	2007	2012	Cresc. – ponto percentual (p.p.) 92-12	Cresc. – ponto percentual (p.p.) 02-12
15-17	39	33	30	29	24	-14,6	-5,8
18-24	55	56	60	63	61	5,8	1,4
25-29	56	59	65	70	70	13,3	4,3
30-34	58	61	67	71	71	12,7	3,7
35-39	59	63	67	70	71	11,7	3,3
40-44	57	60	66	69	69	12,0	3,3
45-49	51	55	60	64	64	13,6	4,5
50-54	42	44	49	53	55	13,3	5,9
55-59	33	34	37	40	41	8,1	3,8
Total	53	54	58	62	61	8	2,7

Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

A taxa de participação aumenta com os anos de escolaridade das mulheres, como mostra o gráfico 2. A taxa de participação do grupo de mulheres mais escolarizadas (com onze ou mais anos de estudo) mostra uma tendência de relativa estabilidade ao longo do período 1992-2012. Os demais grupos educacionais (os grupos com menos escolaridade) apresentam uma tendência de queda, que se acentuou a partir de 2009. Merece destaque a queda de seis pontos percentuais (p.p.) do grupo de zero a três anos de escolaridade ao longo de todo o período.⁴

GRÁFICO 2

Brasil: taxa de participação por anos de escolaridade (1992-2012)
(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

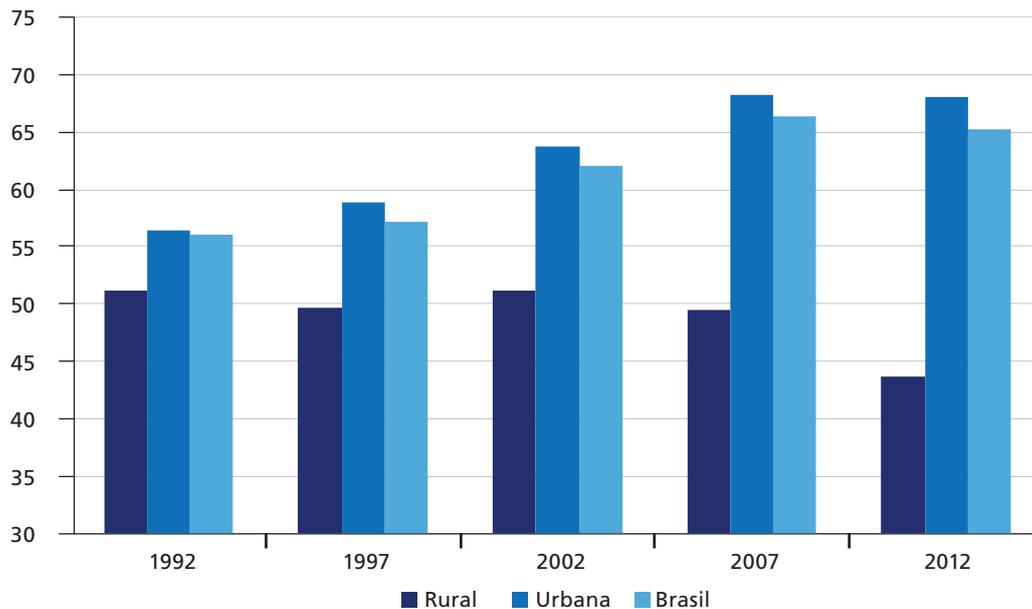
4. Um dos principais determinantes da elevação da taxa de participação feminina nos últimos anos está no aumento dos anos de escolaridade das mulheres. O gráfico A.2, no anexo, mostra a evolução dos anos de escolaridade das mulheres e dos homens no período 1992-2012.

Elaboração da autora.

O gráfico 3 mostra os efeitos da localização geográfica (áreas urbanas *versus* áreas rurais) na participação das mulheres no mercado de trabalho. Para a mulher residente em domicílio localizado na área urbana, a taxa de participação apresenta uma tendência de alta ao longo do período 1992-2007, ficando estável a partir de então. Para as mulheres residentes em áreas rurais, por sua vez, a taxa de participação se encontrou relativamente estável na década de 1990, enquanto que entre 2002 e 2012 sofreu uma queda de sete pontos percentuais.

GRÁFICO 3

Brasil: taxa de participação por situação geográfica (1992, 1997, 2002, 2007 e 2012)
(Em %)



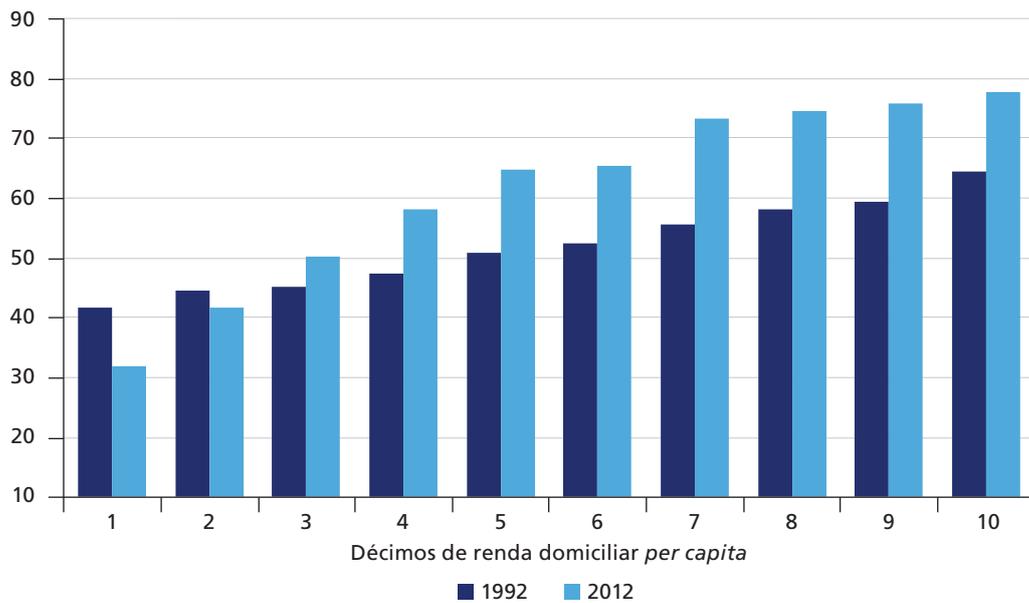
Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

A análise por décimos de renda domiciliar *per capita* apresentada no gráfico 4 mostra que a taxa de participação das mulheres pertencentes ao primeiro e segundo decil, em 1992, era superior à taxa de participação feminina dos mesmos decis em 2012. Outra característica digna de nota é que, para ambos os anos (1992 e 2012), a taxa de participação feminina aumenta na medida em que a renda se eleva.⁵

5. As exceções são para o segundo e o terceiro decil do ano de 1992 (em que a taxa de participação permanece estável em 45%), e para o quinto e sexto decil de 2012, em que a taxa de participação fica estável em 65%.

GRÁFICO 4

Brasil: taxa de participação por décimos de renda domiciliar *per capita* (1992, 1997, 2002, 2007 e 2012)
(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

3 METODOLOGIA E BASE DE DADOS

3.1 Especificação básica

A probabilidade da participação da mulher no mercado de trabalho pode ser modelada da seguinte forma:

$$P_i = f(X_i, D_i, G_i) \tag{1}$$

Em que,

P_i : probabilidade de participação da mulher no mercado de trabalho;

X_i : características produtivas da mulher;

D_i : características associadas à composição domiciliar;

G_i : características associadas à localização geográfica do domicílio.

Um modelo apropriado para a análise dos impactos sobre a participação das mulheres na força de trabalho é o modelo de regressão *probit*, no qual a variável dependente é dicotômica: participa da força de trabalho ($Y = 1$) ou não participa da força de trabalho ($Y = 0$). Especificamente, a forma funcional do modelo *probit* é dada por:

$$Prob(Y = 1) = \Phi(X\beta + D\gamma + G\delta) \tag{2}$$

Em que Φ é a função acumulada da normal padrão e, resultando na estimação de:

$$Y_i^* = X_i\beta + D_i\gamma + G_i\delta + u_i \tag{2.1}$$

Em que u_i é o termo aleatório com distribuição $N(0, \sigma^2)$ e Y_i^* é uma variável latente, tal que: $Y_i = 1$ se $Y_i^* > 0$ e $Y_i = 0$ caso contrário.

Os parâmetros β , γ e δ são estimados por máxima verossimilhança, para cada ano do período 1992-2012, e representam o impacto das variáveis independentes sobre a variável latente e não sobre a probabilidade propriamente dita. O impacto sobre a probabilidade é chamado de efeito marginal e corresponde à derivada parcial da variável latente em relação à variável em questão, na maior parte das vezes avaliada no valor médio das variáveis independentes.

A escolha das variáveis independentes utilizadas como prováveis determinantes da oferta de trabalho feminina nesse trabalho seguem o mesmo padrão de boa parte da literatura empírica sobre o tema (Ramos; Aguas; Furtado, 2011; Costa, 2007; Scorzafeve; Menezes-Filho, 2001). Assim, como determinantes da oferta de trabalho foram consideradas variáveis de educação, idade, renda das outras pessoas da família, a presença de filhos(as) no domicílio, a presença de idosos e a localização geográfica do domicílio.

Os efeitos esperados são os de que o nível educacional da mulher tenha um efeito positivo e significativo sobre a oferta de trabalho da mesma. Quanto à idade, espera-se uma relação em forma de U invertido entre essa variável e a participação da mulher no mercado de trabalho. Ou seja, a relação entre idade e participação seria crescente até determinado momento, a partir do qual se tornaria decrescente, refletindo os efeitos de ciclo de vida da mulher. A variável associada à renda das outras pessoas do domicílio tem um efeito negativo participação da mulher. Por um lado, quanto menor o valor da renda das outras pessoas da família, maior a necessidade da mulher trabalhar. Por outro, quanto maior o valor dessa renda, menor a necessidade da mulher em entrar no mercado de trabalho.

A variável associada à presença de filhos pode ser um fator inibidor da entrada da mulher na força de trabalho; porém, a presença de filhas adolescentes pode gerar incentivos na participação da mulher no mercado de trabalho, na medida em que haveria uma realocação entre mãe e filha das obrigações domésticas (para o cuidado da casa e dos filhos menores, por exemplo). A presença de pessoas acima de 75 anos pode gerar um efeito negativo, pois a família e, em particular, a mulher, pode representar uma fonte primordial de assistência a essas pessoas (Camarano, 2004).⁶

As variáveis que representam a localização geográfica do domicílio, a raça/cor, o nível educacional das mulheres, a presença de filhos(as) e a presença de idosos (mais de 75 anos) foram incluídas no modelo através de variáveis dicotômicas.

3.2 Base de dados

A análise empírica desenvolvida neste trabalho tem como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1992 a 2012, centrada em cinco anos desse período, 1992, 1997, 2002, 2007 e 2012.⁷ A amostra é composta por todas as mulheres com idade entre 15 e 59 anos em cada ano. O conceito de participação utilizado na análise é dado pela oferta de trabalho, incluindo tanto as empregadas quanto as desempregadas.

6. Há uma surpreendente elevação da participação da renda do idoso na renda familiar nos últimos anos, levando um número crescente de adultos a se tornarem, de algum modo, dependentes dos recursos dos pais idosos (Camarano; El Ghaouri, 1999). Esse fator também pode gerar um desincentivo na participação desses adultos no mercado de trabalho.

7. Importante lembrar que em anos censitários, como foram os de 2000 e 2010, o IBGE não realizou a PNAD. Em 1994, por razões excepcionais, o levantamento da PNAD também não foi realizado. Importante observar também que os resultados apresentados nesse capítulo levam em conta a reponderação feita pelo IBGE considerando os pesos amostrais disponibilizados pelo IBGE após a publicação do Censo Demográfico de 2010.

4 OS DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

Ainda que a taxa de participação feminina tenha se elevado nesses últimos vinte anos, ela continua bastante abaixo da taxa de participação dos homens no Brasil (tabela 1). Para avaliar as razões pelas quais tal fato ocorre, é interessante avaliar os principais fatores que levaram a mulher a participar no mercado de trabalho no período 1992-2012. Entre os principais determinantes tratados pela literatura empírica (nacional e internacional) está a presença de filhos, a renda domiciliar *per capita* e o nível educacional da mulher. A tabela 2 apresenta alguns desses determinantes e mostra seus impactos na probabilidade da mulher participar no mercado de trabalho brasileiro para os anos de 1992, 1997, 2002, 2007 e 2012, ou seja, na probabilidade da mulher fazer parte da PEA em oposição à inatividade.⁸

TABELA 2
Brasil: efeitos marginais na participação feminina (1992, 1997, 2002, 2007 e 2012)

	1992	1997	2002	2007	2012
Idade (18-24 anos)	0,169*** (0,007)	0,210*** (0,006)	0,236*** (0,006)	0,241*** (0,005)	0,274*** (0,006)
Idade (25-29 anos)	0,214*** (0,007)	0,270*** (0,006)	0,304*** (0,005)	0,310*** (0,005)	0,340*** (0,005)
Idade (30-34 anos)	0,226*** (0,007)	0,287*** (0,006)	0,320*** (0,005)	0,322*** (0,005)	0,355*** (0,005)
Idade (35-39 anos)	0,222*** (0,008)	0,287*** (0,006)	0,317*** (0,005)	0,312*** (0,005)	0,354*** (0,004)
Idade (40-44 anos)	0,197*** (0,008)	0,260*** (0,007)	0,295*** (0,005)	0,305*** (0,005)	0,337*** (0,005)
Idade (45-49 anos)	0,133*** (0,009)	0,211*** (0,008)	0,252*** (0,006)	0,268*** (0,005)	0,306*** (0,005)
Idade (50-54 anos)	0,040*** (0,010)	0,118*** (0,009)	0,174*** (0,007)	0,197*** (0,006)	0,251*** (0,006)
Idade (55-59 anos)	-0,045*** (0,010)	0,0166* (0,010)	0,077*** (0,009)	0,101*** (0,008)	0,153*** (0,008)
Educação					
8 a 10 anos de estudo ¹	0,058*** (0,006)	0,074*** (0,005)	0,068*** (0,004)	0,082*** (0,004)	0,084*** (0,005)
Mais de 11 anos de estudo ¹	0,268*** (0,007)	0,269*** (0,007)	0,248*** (0,004)	0,243*** (0,004)	0,237*** (0,004)
Raça/cor (branca)	-0,0450*** (0,004)	-0,0358*** (0,004)	-0,032*** (0,004)	-0,023*** (0,003)	-0,019*** (0,004)
Renda domiciliar <i>per capita</i> líquida ²	-0,000*** (0,000)	-0,000*** (0,000)	-0,000*** (0,000)	-0,000*** (0,000)	-0,000*** (0,000)

(Continua)

8. A tabela A.2 no anexo apresenta, de forma resumida, os resultados apresentados na tabela 2.

(Continuação)

	1992	1997	2002	2007	2012
Residente em: ³					
Área urbana	-0,026*** (0,009)	0,001 (0,005)	0,024*** (0,006)	0,076*** (0,005)	0,127*** (0,006)
Região Centro-Oeste	0,003 (0,005)	0,005 (0,008)	0,023*** (0,005)	0,059*** (0,006)	0,065*** (0,006)
Região Nordeste	-0,013* (0,008)	-0,008 (0,007)	-0,002 (0,006)	0,006 (0,005)	-0,005 (0,005)
Região Sudeste	0,002 (0,008)	0,013* (0,007)	0,051*** (0,006)	0,072*** (0,005)	0,064*** (0,005)
Região Sul	0,093*** (0,008)	0,097*** (0,008)	0,103*** (0,006)	0,124*** (0,006)	0,125*** (0,006)
Presença de filhos no domicílio					
Filhos(as) de 0 a 2 anos	-0,191*** (0,005)	-0,175*** (0,005)	-0,159*** (0,005)	-0,159*** (0,006)	-0,172*** (0,006)
Filhos(as) de 3 a 5 anos	-0,083*** (0,005)	-0,0743*** (0,005)	-0,059*** (0,005)	-0,059*** (0,006)	-0,077*** (0,006)
Filhos(as) de 6 a 12 anos	-0,036*** (0,005)	-0,0382*** (0,005)	-0,038*** (0,004)	-0,027*** (0,004)	-0,040*** (0,005)
Filhas de 13 anos ou mais	0,030*** (0,005)	0,0247*** (0,005)	0,013*** (0,004)	0,013*** (0,004)	0,010** (0,004)
Filhos de 13 anos ou mais	-0,036*** (0,005)	-0,0345*** (0,005)	-0,027*** (0,004)	0,026*** (0,004)	-0,017*** (0,004)
Idosos	-0,022** (0,010)	-0,0367*** (0,009)	-0,037*** (0,008)	-0,081*** (0,008)	-0,059*** (0,008)
Observações	93.844	106.754	123.347	123.347	115.258

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração da autora.

Notas: ¹ Base: 0 a 8 anos de escolaridade.² A renda domiciliar *per capita* líquida é a renda domiciliar em que a mulher reside, líquida da sua própria renda, dividida pelo número de pessoas do domicílio.³ Base para área urbana: zona rural; base para as regiões: região Norte.

Como esperado, a educação tem um impacto positivo na probabilidade da mulher participar no mercado de trabalho brasileiro. Esse resultado é bastante acentuado para as mulheres com mais de onze anos de estudo. A probabilidade da mulher que se encontra nessa faixa educacional entrar no mercado de trabalho é de mais de 23% para cada ano analisado.

A presença de filhos com até doze anos de idade tem um impacto negativo na probabilidade da mulher participar no mercado de trabalho brasileiro. Em 2012, por exemplo, a presença de filhos entre zero e dois anos de idade reduzia essa probabilidade em mais de 17%. Outro resultado interessante é que a presença de filhas com mais de treze anos de idade gera, em todos os anos de análise, um aumento na probabilidade de participação na mulher na PEA, o que não ocorre com a presença de filhos homens com a mesma idade; já a renda domiciliar *per capita*, descontada da renda da mulher, não gera efeito na oferta de trabalho feminina. O aumento da expectativa de vida da população gera diretamente uma presença de mais idosos nos domicílios. Os resultados apresentados na tabela 2 sugerem que a presença de idosos demandam cuidados das mulheres e inibem a sua participação. A variável de raça/cor revela uma menor propensão

a trabalhar das mulheres brancas, mesmo resultado encontrado em Costa (2007). Tal resultado sugere, portanto, que as mulheres negras (não brancas) tendem a participar mais do mercado de trabalho apesar da discriminação racial existente.

No que diz respeito à localização geográfica, nota-se que as mulheres do Sul, controlando-se pelas demais características, são as que mais participam do mercado de trabalho, seguidas pelas do Centro-Oeste e Sudeste, Norte e Nordeste. E, por fim, nota-se que as mulheres residentes em domicílios localizados na zona urbana têm maiores chances de entrada no mercado de trabalho do que as mulheres residentes na zona rural.

5 CONCLUSÕES

A taxa de participação é um determinante fundamental na oferta de trabalho de qualquer país e entender os seus determinantes é um tema central para a agenda pública. Na medida em que a taxa aumenta, a oferta de trabalho se eleva, o que gera menor pressão sobre o mercado de trabalho de forma geral. Tal fator se torna especialmente importante quando o país atinge taxas de desemprego muito baixas, como é o caso brasileiro nos últimos anos, pois a capacidade de aumentar a população ocupada torna-se limitada.

O objetivo deste estudo foi investigar a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro e identificar os seus determinantes associados às características individuais, de composição domiciliar e localização geográfica ao longo do período de 1992-2012. Os resultados encontrados neste trabalho corroboram as evidências encontradas em estudos anteriores de que educação e filhos são importantes determinantes da oferta de trabalho feminina no Brasil, o que sugere a existência de barreiras que dificultam a escolha das mulheres em ingressar na força de trabalho. Esses resultados têm importante papel para as políticas públicas de curto e médio prazo, em especial, às direcionadas para a oferta de creches e de recursos que auxiliem as mulheres na “dupla jornada” de atividades domésticas e de trabalho que passaram a enfrentar nos últimos anos.

REFERÊNCIAS

- CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Ipea, Rio de Janeiro, setembro de 2004.
- CAMARANO, A. A., EL GHAOURI, S. K. Idosos brasileiros: que dependência é essa? *In*: CAMARANO, A. A. (org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea, p. 281-306, 1999.
- COSTA, J.S.M. **Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro**. Tese (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília – Departamento de Economia, Brasília, 2007.
- OECD. **OECD Labour Force Statistics 2013**, OECD Publishing.
- RAMOS, L.; AGUAS, M.; FURTADO, L. Participação feminina na força de trabalho metropolitano: o papel do *status* econômico das famílias. **Economia Aplicada**, v. 15, n. 4, p. 595-611, 2011.
- SCORZAFAVE, L.G.; MENEZES-FILHO, N.A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 31, n. 3, p. 441-478, 2001.

ANEXO

TABELA A.1

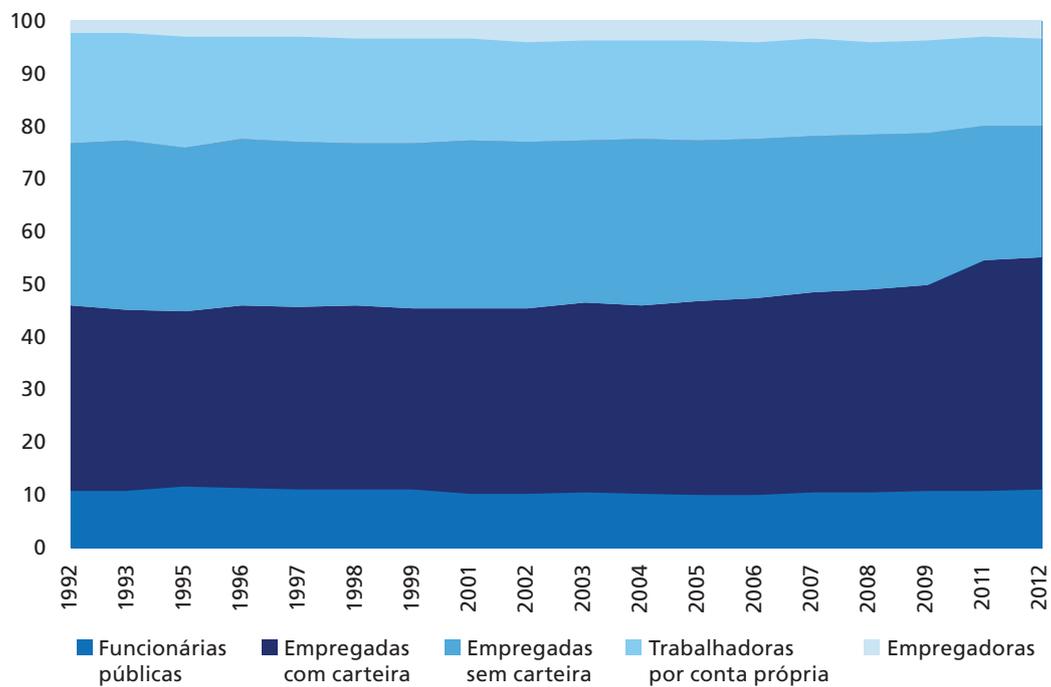
Brasil: proporção de mulheres em cada ocupação (1992, 1997, 2002, 2007 e 2012)
(Em %)

Ocupação	1992	1997	2002	2007	2012
Funcionário público	52	54	55	56	57
Empregado com carteira	34	37	39	39	41
Empregado sem carteira	42	43	45	48	49
Trabalhador por conta própria	30	29	31	34	33
Empregador	17	21	26	27	29

Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

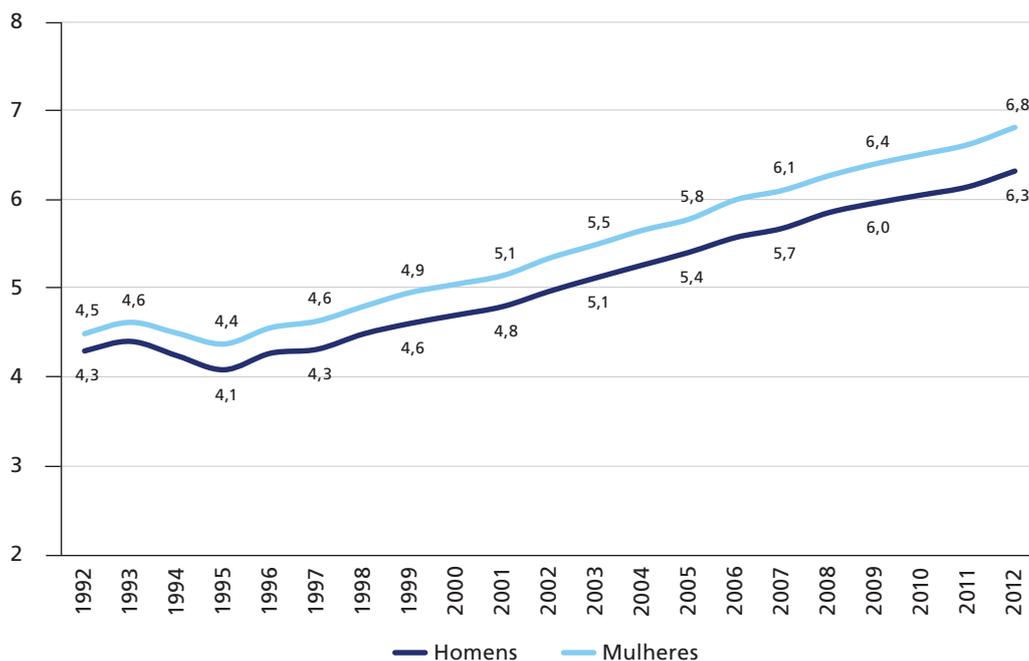
GRÁFICO A.1

Brasil: composição do emprego feminino (1992, 1997, 2002, 2007 e 2012)
(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

GRÁFICO A.2
Brasil: anos de escolaridade por sexo (1992-2012)
 (Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.
 Elaboração da autora.

QUADRO A.1
Determinantes da taxa de participação feminina no Brasil

Variáveis	Efeitos na taxa de participação feminina
Idade	Impacto positivo e crescente ao longo do tempo
Educação	
8 a 10 anos	Impacto positivo e crescente ao longo do tempo
11 anos ou mais de estudo	Impacto positivo e decrescente ao longo do tempo
Educação	
Raça/Cor (branca)	Impacto positivo e decrescente ao longo do tempo
Rdpc líquida ¹	Nenhum efeito
Residente em: ²	
Área urbana	Crescente ao longo do tempo
Região Centro-Oeste	Impacto positivo e crescente ao longo do tempo
Região Nordeste	Impacto negativo no início da década de 1990 e impacto positivo e crescente ao longo do tempo
Região Sudeste	Impacto positivo e crescente ao longo do tempo
Região Sul	Impacto positivo e crescente ao longo do tempo
Presença de filhos no domicílio	
Filhos(as) de 0 a 12 anos	Impacto negativo ao longo do período 1992-2012
Filhas de 13 anos ou mais	Impacto positivo e crescente ao longo do tempo
Filhos de 13 anos ou mais	Impacto negativo e decrescente ao longo do tempo
Idosos	Impacto negativo e crescente ao longo do tempo

Elaboração da autora.

Notas: ¹ A renda domiciliar *per capita* líquida é a renda domiciliar em que a mulher reside, líquida da sua própria renda, dividida pelo número de pessoas do domicílio.

² Base para área urbana: zona rural; base para as regiões: região Norte.